

GESTÃO AMBIENTAL COM INCLUSÃO SOCIAL: LIMITES E (IM)POSSIBILIDADES. ANÁLISE DA INSERÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CATADORES NO CAMPO DA INDÚSTRIA DE RECICLAGEM

Fábio Bittencourt Meira [1]
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias [2]
Hélio Arthur R. Irigaray [3]
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio [4]

Introdução

Ainda que não seja fácil quantificar com precisão a população de trabalhadores envolvida na catação de materiais recicláveis no Brasil, é certo haver um número crescente de organizações populares nesta atividade. O Atlas da Economia Solidária no Brasil (BRASIL, 2006) identificou, em 2005, que os “serviços de coleta e reciclagem de materiais” respondiam por 2,5 % dos empreendimentos mapeados – ou seja, aproximadamente 370, de um total de 14.954 empreendimentos. No mesmo ano, o cadastro do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) registrava 35.637 associados, dentre os quais, apenas 12% estavam organizados ou em processo de organização em associações e/ou cooperativas (MNCR, 2006). Em 2006, o Ministério do Meio Ambiente contabilizava a existência de 600 grupos ou cooperativas de catadores em atividade no Brasil (PNUD Brasil, 2006).

A atividade de catação está em expansão no país, e a tendência é que os grupos informais se organizem em associações ou cooperativas. Como aponta Pimenteira (2002), o incentivo a estas organizações é uma solução de política pública adotada por prefeituras nos grandes centros urbanos. Além de baratear os custos de coleta de lixo, esta política incide positivamente sobre a renda da população desfavorecida, e, pode, ainda, eliminar ou facilitar a negociação com os atravessadores, os conhecidos “sucateiros” – vale observar que quando se considera o valor de materiais recicláveis pago pela indústria, a margem dos atravessadores sobre os catadores pode exceder os 100% (MAGERA, 2003; GRIMBERG; TUSZEL; GOLDFARB, 2004).

O incentivo à organização dos catadores encontra respaldo também nas ONG atuantes na área ambiental. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (IDER) promove, em Fortaleza, um programa de capacitação chamado “Lixo é Cidadania”, em que “os participantes aprendem métodos e técnicas de coleta seletiva, para saber como organizar o material sem danificá-lo, e são estimulados a montar cooperativas” (PNUD Brasil, 2006, grifo nosso). Outra ONG dedicada à causa é o Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), que “ajuda, desde 1992, cooperativas a se formarem e se organizarem...”, a entidade tem um banco de dados com 420 grupos de reciclagem cadastrados, em todo o Brasil (PNUD Brasil, 2006, grifo nosso).



Figura 1: Casal de catadores descansando numa praça de São Paulo – Foto Fábio B. Meira, janeiro/2008.

A promoção da organização dos catadores pelas entidades ambientais é legitimada por um discurso que combina inclusão social e defesa do meio-ambiente. Neste sentido, é exemplar a declaração do coordenador de projetos do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, que representa o discurso padrão a respeito da relação entre o trabalho de catação e a questão da sustentabilidade ambiental:

Quando os catadores deixam de exercer suas funções, fica a cargo das prefeituras recolher o lixo espalhado pela cidade. Isso significa gastos com mão-de-obra, pois alguém vai ter que realizar o serviço. Mas o trabalho não contribui apenas economicamente. Ao se inserirem na coleta seletiva e nos processos de reciclagem, os catadores agem como *agentes do meio ambiente*, inclusive diminuindo o tempo de vida dos lixões... (José Aparecido Gonçalves *apud* PNUD Brasil, 2006, grifo nosso).

O argumento do catador como “agente do meio ambiente” pressupõe uma relação direta entre reciclagem e sustentabilidade ambiental. Porém, observada com a necessária cautela, esta conexão se revela frágil. Como apontaram Leal *et al.* (2002), na sociedade capitalista, a reciclagem só pode ter lugar se representar uma “*possibilidade de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias*” (LEAL *et al.*, 2002, p.179). Ora, isto leva a um impasse, que implica desmistificar os ganhos ambientais proporcionados pela reciclagem, posto que é contraditório preservar o meio-ambiente e, ao mesmo tempo, incentivar o consumo. Dito de outro modo, a ação pura e simples de reciclar, operada na lógica da sociedade mercantil, pouco oferece de concreto em termos de sustentabilidade ambiental (MAGERA, 2003).

Desta perspectiva, a inclusão social dos catadores é perversa. De um lado, é dependente de vantagens econômicas relativas aos custos de coleta, realizando-se com a utilização de mão-de-obra intensiva não especializada, com mínima remuneração. De outro, é ameaçada pelos ganhos de escala que tornariam lucrativas novas tecnologias de coleta com dispensa de mão-de-obra. Ora, o que resta aos catadores é a organização, como meio de lutar por uma inclusão social mais consistente e permanente. Resta saber, e esta é a questão crucial para os nossos propósitos, se *a tão propalada organização em cooperativas seria, de fato, uma via de inclusão social qualitativamente distinta desta inserção perversa.*



Figura 2: Catadores e seus carrinhos nas ruas de S. Paulo – Fotos Fábio B. Meira, janeiro/2008.

Para responder esta questão, o artigo foi organizado em três sessões. A primeira retoma idéias do movimento da Economia Solidária, com o intuito de problematizar a saída da exclusão social por meio da organização popular sob a forma de cooperativas. A segunda apresenta sucintamente o quadro de referência teórico da teoria institucional para, em seguida, discutir as contradições a que ficam expostas organizações cooperativas que operam em ambiente de competição capitalista. A terceira sessão é dedicada à análise das cooperativas de catadores, evidenciando de que maneira ficam expostas às contradições antes apresentadas. Conclui-se com um resumo dos resultados da análise, para, finalmente, se apontar limitações e contribuições do artigo.

As cooperativas populares como solução para a exclusão social: incursão crítica no discurso da Economia Solidária

Encontramos no movimento da Economia Solidária [ES] a defesa incontestada da organização popular em cooperativas. Um autor representativo do movimento, Paul Singer (2002, 2003), apresenta o fenômeno da ES como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Na acepção de Singer, trata-se de opor ao modo de produção capitalista, centrado na competição econômica, um “outro modo de produção” que se realiza por relações sociais solidárias.

Seguindo o argumento, Capitalismo e ES diferem radicalmente. O primeiro tem base nos princípios do “*direito de propriedade individual aplicado ao capital*” e do “*direito à liberdade individual*”. O correlato é uma sociedade dividida em classes, resultando em desigualdade estrutural acompanhada de uma dinâmica social de competição. A segunda fundamenta-se na “*propriedade coletiva ou associada do capital, e no direito à liberdade individual*”. Aplicados estes princípios na reprodução desta outra economia, solidariedade e igualdade é o “*resultado natural*” (*sic*) (SINGER, 2002: 10).

No que concerne a organização sobre o qual assenta o projeto da ES, a estrutura cooperativa autogestionária aparece como um tipo-ideal. Como aponta Bertucci (2005), a ES compreende empreendimentos formais e informais, cujos meios de produção são socializados e cuja unidade básica é a cooperativa – de produção, consumo, comercialização, crédito, etc.:

Seguindo os princípios de autogestão e de cooperação, o “capital” da empresa, em especial os meios de produção, são propriedade dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento. Valores como democracia e igualdade de direitos na tomada de decisões são fortalecidos quando, cada trabalhador, independente da parcela do capital que assume, tem direito a um voto (BERTUCCI, 2005, p. 41).

Esta forma de organização funciona como um ideal normativo mais do que como uma modalidade plenamente instituída. O modelo acompanha as diretrizes do cooperativismo internacional, que, em sua versão mais atualizada, é apresentado na carta de princípios da Associação Cooperativa Internacional [ACI] – organizações voluntárias e abertas; controle democrático, um homem um voto; participação econômica dos membros com equidade e igualdade; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; interesse pela comunidade (VIEITEZ; DAL RI, 2000). Vale lembrar que os princípios cooperativistas atuais não se diferenciam substancialmente da sua forma tradicional histórica (VIEITEZ; DAL RI, 2000).

Por outro lado, o problema da degenerescência burocrática das cooperativas é tratado de maneira oblíqua no discurso da ES. Singer afirma que a degeneração das cooperativas se deve à “insuficiente formação democrática dos sócios”, e a autogestão mais autêntica acontece quando os cooperados são “militantes sindicais, políticos ou religiosos” (SINGER, 2002, p. 21-22). O argumento assenta sobre a idéia de um projeto comum, com trabalhadores plenamente dedicados à causa:

Há um *truísmo* que diz que *cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas*. Como generalização é falso, mas tem um fundo de verdade... *cooperativas que têm êxito praticam a autogestão*, pois seus sócios fazem questão dela *pelos motivos certos*: porque gostam de participar e *se realizam na luta por um outro modo de produção*” (SINGER, 2002, p. 20, grifo nosso).

O mérito principal da autogestão é “o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes” (SINGER, 2002, p. 22). Sobre este aspecto, Vieira (2005), em sua tese de doutoramento, analisa o discurso dos principais autores da ES, e identifica, dentre outros tópicos relevantes, aquele da transformação do homem ao vivenciar a experiência da ES. Resumimos, no Quadro 1, os traços do *homem inicial* e do *homem final* da ES, tal como identifica e nomeia Vieira (2005).

QUADRO 1 – A TRANSFORMAÇÃO HUMANA OPERADA PELA EXPERIÊNCIA COOPERATIVA			
O HOMEM INICIAL (qualidades do ser humano que vive no sistema econômico Capitalista)		O HOMEM FINAL (qualidades do ser humano que vive no sistema econômico construído pela Economia Solidária)	
Necessitado	Sobretudo nas sociedades latino-americanas, está excluído das possibilidades de geração de renda dignas.	Saciado	garantidas as condições mínimas de sobrevivência significa a reprodução ampliada da vida, conceder dignidade aos padrões de consumo das famílias, garantir uma vida comunitária intensa e fomentar a cooperação nas várias esferas sócio-econômicas
Alienado	Trabalha de modo precário, é refém das estruturas capitalistas de dominação, porque não possui os instrumentos necessários para sua libertação.	Solidário	O ser humano consegue dominar seus traços egoístas e competitivos, e passa a cultivar a solidariedade. Não é uma forma de mutualismo, mas um meio de libertar o homem ao aproximá-lo de sua comunidade e resgatar a confiança no ser humano. O modo de produção solidário forma novos homens, mais propensos ao cultivo de valores éticos, morais e cooperativos.
Egoísta	O sistema econômico capitalista desenvolveu-se sobre o egoísmo humano, marcando em suas estruturas uma concepção de homem baseada nos genes egoístas.		
Irracional	Age de modo incoerente com o seu próprio bem-viver. Irracional porque consome irracionalmente, conduzido por semioses originadas das elites capitalistas, que atuam como formas de dominação. Irracional ao aceitar trabalhar em condições alienantes, renunciando as práticas de autogestão.	Amoroso	É mais do que um homem saciado, pois aponta para o imperativo de uma mudança no modo como o ser humano percebe o próximo. É mais do que um homem solidário, pois há um imprescindível contato com esferas supra-humanas. Desenvolvimento de novas capacidades, além dos aspectos materiais da vida, situados em esferas divinas.

Elaborado pelos autores a partir de VIEIRA (2005)

A crença nesta transformação está associada à idéia de que a experiência autogestionária é “redentora” (SINGER, 2002, p. 22). Pensa-se uma pedagogia implícita na vivência da autogestão e do trabalho cooperativo como “um meio de libertar o homem” (ver Quadro 1). Assim, o engajamento na autogestão levaria naturalmente à desalienação:

Por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, *pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos*, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas... Mas também *pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado*, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E, finalmente, *pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão* de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões (SINGER, 2002, p. 91, grifo nosso).

Novaes (2004) alerta sobre a falácia da crença de que o simples engajamento em empreendimentos cooperativos da ES levaria à desalienação do trabalhador. A alienação não é produzida unicamente pela configuração dos processos de trabalho, ela vai além da fábrica, da cooperativa, do assentamento: há alienação do produto do trabalho, de si mesmo e da sociedade. Dito de outro modo, *o fato das cooperativas estarem mergulhadas num ambiente social, político, econômico e cultural estruturado em moldes capitalistas, não pode ser jamais negligenciado*.



Figura 3: “Bandeira” do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no galpão da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), São Paulo – Foto Fábio B. Meira, janeiro/2008.

De fato, conforme Gaiger (2002), os empreendimentos cooperativos autogestionários estão subsumidos à economia capitalista, num duplo sentido: de um lado, sofrem os múltiplos efeitos da lógica de acumulação; de outro, ficam obrigados a adotar a base técnica do capitalismo, devido aos imperativos de produtividade competitiva:

Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios; *se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico* (GAIGER, 2002, p. 32, grifo nosso).

A ES, circundada pela produção capitalista, tem permanência dependente da capacidade de inserção competitiva, ao mesmo tempo, que deve resistir às coerções que desfigurariam os princípios cooperativos. Isto pode ocorrer, segundo Gaiger (2002), se os empreendimentos da ES forem capazes de:

- Retirar da base técnica do capitalismo, benefícios para a sua forma social de produção alternativa, buscando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação;
- Competir com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado – por exemplo, redução de custos de controle e supervisão, elevação do zelo e atitude de colaboração dos trabalhadores, flexibilização das retiradas em crises cíclicas, etc.;
- “Resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca” (GAIGER, 2002, p. 33).

As sugestões são desconcertantes. Pois, se a autogestão não incide sobre a base técnica do trabalho, não pode determinar padrões de produtividade, e, além de tudo, deve resistir às coerções e, ainda assim, ser tenazmente perseguida pelos empreendimentos; afinal, de que “autogestão” está se falando?

Examinadas com a necessária cautela, as teses do movimento da ES evidenciam as dificuldades concretas enfrentadas pelas cooperativas ao competirem com empresas capitalistas. A construção de novas práticas solidárias esbarra em contradições, fragilizando as iniciativas. No momento atual, a idéia de um “outro modo de produção” parece implausível, e o ideal de transformação humana, embora louvável, enfrenta inúmeras restrições.

Tal como aponta Gaiger (2002, p. 33), o principal desafio enfrentado pelos empreendimentos da ES é “... *dar a prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista... por dispor de vantagens comparativas, decorrentes da sua forma social de produção específica*”. Ora, o autor negligencia o fato de que as tais “vantagens comparativas” se definem pelo empreendimento capitalista. O

paradoxo é que o raciocínio implica ser a autogestão mais capitalista do que a própria gestão capitalista?!

As cooperativas populares diante da competição capitalista: um quadro explicativo a partir da teoria institucional das organizações

Numa perspectiva crítica à abordagem da ES, aqui se discute o problema colocado por Gaiger (2002), invertendo, porém, sua proposição. Nosso interesse está em analisar *a tendência das cooperativas se transformarem em empresas capitalistas*, ou seja, o já mencionado “truísmo” da sua degenerescência. Pensa-se, portanto, nas dificuldades de sobrevivência, acima mencionadas, em termos do *insulamento* de uma estrutura organizacional diferente da estrutura hegemônica; e enfatizam-se as pressões e coerções sofridas por esta “outra” estrutura. A abertura para esta perspectiva se oferece no quadro de referência da teoria institucional.

Vale lembrar que nossa preocupação incide sobre o potencial de inclusão social pressuposto no amplo incentivo à organização, sob a forma de cooperativas populares, dos catadores de materiais recicláveis. Uma vez que o movimento da ES defende este potencial, apresentaremos, na contramão desta certeza, o aporte da teoria institucional. O objetivo é discutir o caso dos catadores, confrontando a abordagem da ES com o neo-institucionalismo, de maneira a problematizar o fomento à organização de cooperativas populares como saída para a exclusão social.

O conceito de *campo organizacional* é central no quadro de referência da teoria institucional. Na acepção de DiMaggio e Powell (1991), é um construto teórico que representa o conjunto de “... organizações que, no agregado, constituem uma área reconhecível da vida institucional: fornecedores, consumidores, agências reguladoras, e outras organizações que produzam bens ou serviços similares” (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 64).

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) chamam a atenção para o fato de que esta concepção implica entender *campo organizacional* como a “totalidade de atores relevantes”, definida sua relevância pela intensidade de interações. O *campo organizacional* é, então, o “conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional” (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006, p. 162)

A consolidação de todo campo organizacional se faz por uma dinâmica de institucionalização, manifestando uma tendência à homogeneização estrutural das organizações pertencentes ao campo. Este processo dinâmico tem como vetores os mecanismos de *coerção*, *mimetismo* e *normatização* (Quadro 2). O conceito de *isomorfismo estrutural* representa este movimento generalizado de homogeneização das organizações de um determinado campo, sempre impulsionado pelos três mecanismos mencionados.

Não se deve, entretanto, entender o isomorfismo estrutural como uma teleologia da homogeneização, orientada pelos mecanismos de coerção, mimetismo e normatização. O processo de estruturação deve ser pensado em termos de um movimento dialético, da luta entre persistência e mudança. A estrutura organizacional é pensada como um construto social, que se forma e se transforma por meio de processos dialéticos (BOUCHIKHI, 1990, p. 50). Seguindo as indicações de Giddens (1993), entende-se a estrutura *“como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução”* (GIDDENS, 1993, p. 441).

QUADRO 2 – OS TRÊS TIPOS DE ISOMORFISMO ESTRUTURAL	
Isomorfismo Coercitivo	<p>Processo isomórfico entre organizações que resulta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras organizações, das quais as primeiras são dependentes; ▪ dos sistemas de expectativas culturais da sociedade, que conformam o funcionamento das organizações;
Isomorfismo Mimético	<p>Define-se pela imitação inter-organizações, é um processo produtor de homogeneização estrutural, que tem como motores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a incerteza é uma força poderosa que encoraja a imitação: a dificuldade em dominar a tecnologia, a ambigüidade dos objetivos, os limites cognitivos em apreender os signos do ambiente de negócios, etc., induzem as organizações a modelarem-se umas nas outras; ▪ outros aspectos podem impulsionar a imitação, por exemplo, a difusão de modelos de gestão — por empresas consultoria, pela circulação de executivos, por associações patronais, etc.;
Isomorfismo Normativo	<p>Associado à profissionalização, é um processo cuja dinâmica depende de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ grupos ocupacionais que definem as condições e métodos de trabalho, disputa na arena profissional sobre a produção dos saberes; ▪ profissionalização reguladora da “produção de produtores”, estabelecendo a base cognitiva e legitimando a autonomia profissional.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de DiMaggio e Powell (1991)

Desta perspectiva, quando se observa a organização dos catadores de material reciclável deve-se buscar compreender o processo de construção de organizações com propriedades estruturais alinhadas aos princípios do cooperativismo, num campo organizacional onde prevalece a estruturação isomórfica nos moldes da empresa capitalista. Nesse sentido, pode-se supor que as organizações cooperativas tendam a manifestar propriedades estruturais similares às das empresas capitalistas, à medida que sofram pressões de um ambiente organizado pela dinâmica concorrencial de mercado. Há, então, duas alternativas concretas de realização do projeto cooperativo:

- *organizações resilientes* às pressões do ambiente, em que se manifestam processos de estruturação *sui generis*, à medida que contrariam a lógica dominante do campo – fenômeno que, mais acima, foi referido pelo termo *insulamento*;
- *organizações aquiescentes* às pressões do ambiente, em que a estruturação é isomórfica às empresas capitalistas, com o conseqüente comprometimento da estrutura cooperativa.



Figura 4: Balança digital, empilhadeira e prensa hidráulica da Coopamare, São Paulo – Fotos: Fábio B. Meira, janeiro/2008.

Se as estruturas se formam por um processo dialético, tanto a ação dos agentes quanto as propriedades estruturais da organização estão, em tese, abertas à mudança. A partir de uma tipologia de respostas estratégicas (OLIVER, 1991), é possível antecipar as alternativas aceitáveis a projetos cooperativos (Quadro 3). Pode-se antever que as alternativas possíveis são as de evitar estratégias que, por implicarem ampla adesão às regras e normas do campo, resultem numa ameaça de descaracterização da estrutura cooperativa. De fato, se tomados ao pé da letra o discurso da ES como a única estratégia possível para os empreendimentos cooperativos seria o “desafio”.

QUADRO 3 – RESPOSTAS ESTRATÉGICAS A PROCESSOS INSTITUCIONAIS		
Estratégias	Táticas	Exemplos
Aquiescência	hábito imitação ajustamento	- reprodução das normas, sem questionar sua legitimidade; - mimetismo de modelos institucionalizados; - obediências às regras e aceitação das normas;
Concessão	compensação resistência passiva barganha	- balancear as expectativas dos múltiplos constituintes; - aplacar e acomodar os elementos institucionais; - negociar com as partes interessadas;
Evitação / Esquiva	disfarce independência fuga	- esconder a não conformidade; - afrouxamento de vínculos institucionais; - mudança nos objetivos, atividades ou domínios;
Desafio	descarte desafio ataque	- ignorar as normas e valores; - contestar as regras e exigências; - confrontar as fontes de pressão institucional;
Manipulação	cooptação influência controle	- importar constituintes influentes; - moldar/formar valores e critérios; - dominar constituintes e processos institucionais;

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Oliver (1991)

É preciso explicitar as propriedades estruturais das cooperativas para alcançar sua capacidade de resistência e/ou aquiescência às restrições do contexto institucional. A estrutura formal dessas organizações (CRÚZIO, 2002) revela uma lógica de operação que, de um lado, apresenta uma *estrutura de produção*, cuja dinâmica é dependente de exigências técnicas operacionais, bem como dos imperativos ambientais da competitividade; e, de outro, uma *estrutura de decisão sui-generis*, representada pela assembleia de cooperados, instância política, que imprime considerável complexidade à gestão dos conflitos internos, e produz um processo decisional específico.

Vale notar que o aspecto da propriedade coletiva, tão enfatizado pela corrente da ES, embora seja uma característica estrutural, não é crucial, porque o foco da análise é a dinâmica de operação das cooperativas. Numa análise restrita ao plano da organização e do campo organizacional, não há necessidade de se considerar as dimensões políticas e ideológicas mais amplas, bastando enfatizar que há um “modelo de gestão” implícito à concepção de organização cooperativa. Nosso esforço será no sentido de compreender de que maneira este modelo sofre pressões e influências pelo fato da organização estar “mergulhada” num campo organizacional estruturado em padrões de competição capitalista. Tenta-se, portanto, eliminar e/ou mitigar juízos de valor nessa descrição. Ainda que tenhamos consciência de suas implicações no campo das Ciências Sociais, nosso enfoque é analítico-descritivo, diz respeito às pressões isomórficas e como podem ser enfrentadas pelos agentes.

Caracterizadas, então, por estruturas constituídas a partir de exigências técnicas e políticas que potencialmente conflitam, a dinâmica organizacional característica das cooperativas pode ser pensada a partir desse conflito. Assim, sua realização dependerá da possibilidade de controlar as tendências isomórficas no interior da

organização, criando mecanismos de resistência às pressões do campo organizacional instituído.

Mas, vale indagar: existiria um campo organizacional próprio da ES? As pesquisas da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (s/d; 2004; 2005) sugerem que a ES seja uma construção coletiva ainda em andamento, que tem como marca a estruturação de práticas de gestão específicas:

A maior parte das empresas e empreendimentos do campo da Economia Solidária ainda passa por um processo de estruturação do negócio e consolidação de práticas. A grande maioria foi educada para atuar no mercado convencional, tendo como referência para o mundo do trabalho a relação de emprego. A idéia de ser sócio e trabalhador comprometido com a produção e os rumos do negócio pressupõe uma revisão das práticas, valores e mitos cristalizados (ANTEAG, 2005, p.22).

Pode-se entender, portanto, a ES como um *campo organizacional em processo de institucionalização*. No atual estágio de realização do projeto, entretanto, há evidências de que este campo tem um modo de existência *transversal* a outros campos organizacionais já institucionalizados. O *embrião do campo da economia solidária* é um conjunto de organizações supostamente orientadas pelo “projeto”, que, por isso mesmo, têm como principal intento (ou estratégia) a operação em moldes autogestionários (ou a construção de propriedades estruturais autogestionárias) dentro de campos organizacionais mais estruturados e competitivos (nos moldes empresariais capitalistas). Essas organizações “pagam caro” por pertencerem a dois campos organizacionais que conflitam entre si, porque ficam expostas a exigências e pressões institucionais distintas e talvez irreconciliáveis. Distintas não apenas em conteúdo, mas, sobretudo, porque são desequilibradas em termos de poder de coerção. As instituições capitalistas têm um arsenal muito mais vasto de alternativas para fazer valer sua lógica estrutural-estruturante.



Figura 5: Coleta de recicláveis em rede de supermercados de São Paulo. Foto: Fábio B. Meira, janeiro/2008.

Há aqui um problema relevante. Se as observações precedentes forem válidas, a lógica de estruturação do campo da ES tende a refrear o projeto da ES. A estruturação desse novo campo terá de se realizar numa relação instrumental com campos organizacionais institucionalizados, quais sejam, aqueles aos quais pertencem os vários empreendimentos solidários espalhados. É previsível que a realidade dessas organizações reflita este conflito, e, portanto, que *a realização da Economia Solidária construa uma estrutura híbrida, mais que uma estrutura cooperativa autogestionária*, nessas organizações. Diante disso, a estratégia de construção de propriedades estruturais cooperativas fica *sempre* fragilizada, independentemente de o projeto pertencer ao movimento da ES.

Para nossos propósitos, é conveniente analisar as cooperativas de catadores pelo prisma do campo organizacional em que operam – a indústria de reciclagem – porque é este o campo dominante, quando se deseja analisar o processo de estruturação dessas cooperativas. Isto não significa abandonar a idéia de que haja um campo da ES, mas implica entender que, ao privilegiar essa indústria, privilegia-se a lógica de seu campo.

As cooperativas de catadores: a luta pela inserção social em meio às contradições do campo da indústria de reciclagem

A representação da cadeia produtiva da Indústria de Reciclagem [IR], tal como é oferecida pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), permite identificar o conjunto de atores cuja intensa interação ocorre no ciclo produtivo da reciclagem: *catadores, intermediários* – sucateiros e unidades industriais de beneficiamento – e *indústria* consumidora.

A cadeia produtiva compõe parte do universo de atores significativos que formam o campo organizacional da IR. A partir da Figura 1, é possível antever a posição de cada um dos atores do campo, identificando os mecanismos isomórficos à sua disposição. Algumas informações adicionais permitem estabelecer estas posições com maior exatidão.

As *indústrias* consumidoras são de grande porte, consomem enormes quantidades de matérias-primas e estão organizadas em mercado oligopsônico (MAGERA, 2003). Para se ter uma idéia, o Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE) – uma associação sem fins lucrativos que promove a reciclagem propondo o gerenciamento integrado de resíduos sólidos – é composto pelas seguintes empresas: *Brahma, Coca-Cola, Enterpa, Gessy Lever, Nestlé, Pepsi-Cola, Procter & Gamble, Rhodia, Souza Cruz, Suzano, Tetra Park e Vega Sopave* (JACOBI; TEIXEIRA, 1997). A *indústria* forma, portanto, o conjunto de atores sociais que detêm posição dominante no campo. Seu poder tem caráter coercitivo e normativo, uma vez que estabelece as regras do jogo para os demais atores: suas exigências vão desde aspectos técnicos, tais como pureza, classificação de material, embalagem, etc., até volumes e preços de aquisição.



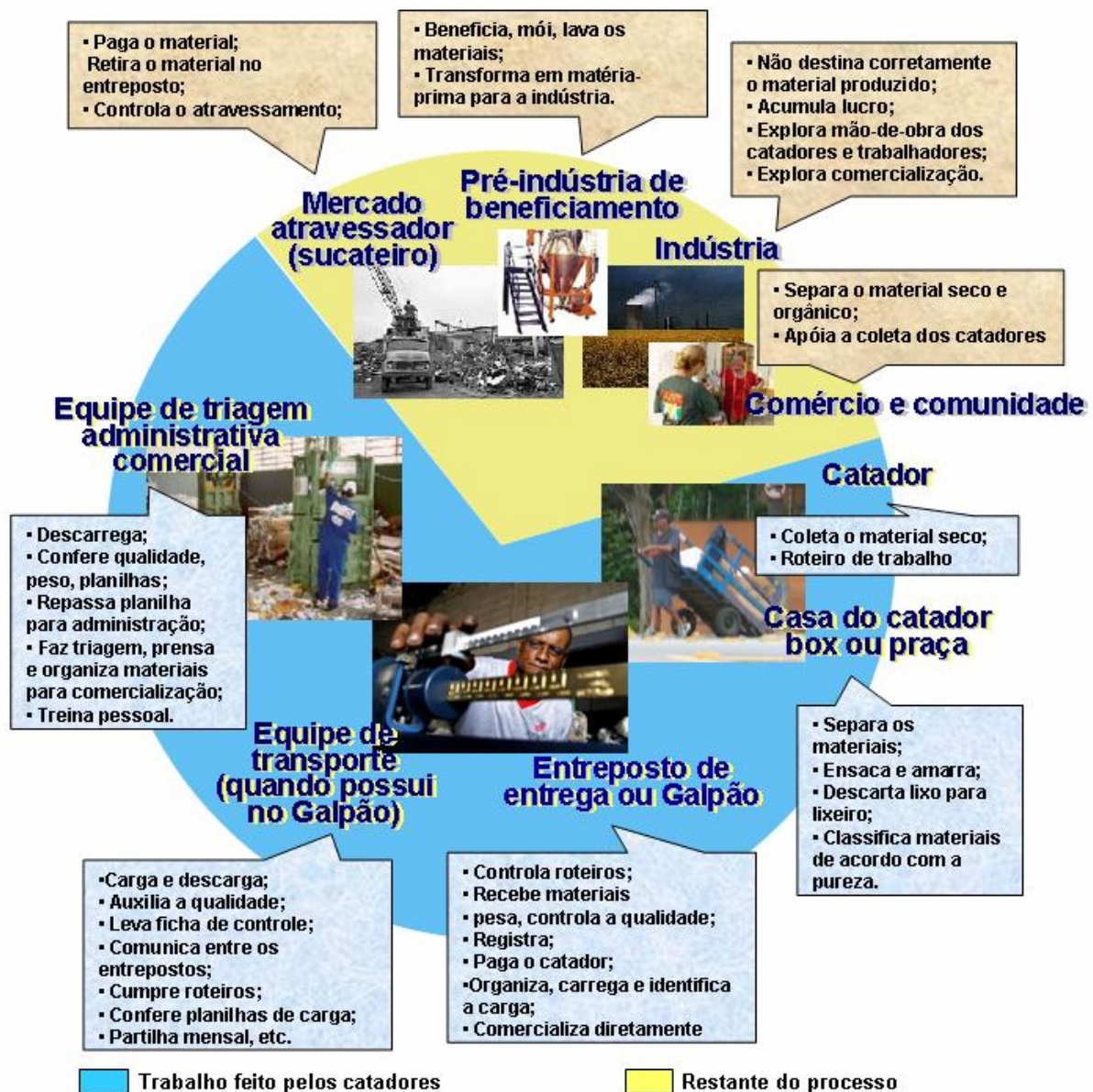
Figura 6: Fardos, latões e contêiner no galpão da Coopamare, São Paulo. Foto: Fábio B. Meira, janeiro/2008.

Os intermediários – *sucateiros* e as *unidades industriais de beneficiamento* – estão submetidos às exigências da indústria, muito embora pareçam capazes de tirar proveito das flutuações de preços de mercado, em sua interação com a indústria. Sua posição é mais favorável na interação com os catadores:

O sucateiro, por possuir toda a infra-estrutura necessária para trabalhar o lixo (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone, capital), leva vantagem nas negociações com as cooperativas e as indústrias consumidoras de material reciclado. O

sucateiro passa recolhendo e comprando de catadores e cooperativas pequenas quantidades de materiais reciclados, leva para seu galpão, lá enfarda adequadamente os resíduos (agregando mais valor aos mesmos) e oferece-os em grandes volumes às indústrias. (MAGERA, 2003, p. 133).

Figura 1 – Cadeia Produtiva da Indústria de Reciclagem



Fonte: Adaptado pelos autores de MNCR (2006).

O aspecto relevante diz respeito à capacidade de armazenamento e manipulação de grandes volumes de material reciclável. Além disso, estes atores detêm capital de giro suficiente para tirar proveito das flutuações de mercado. Se alguns são patrocinados pela própria indústria, há um grupo de intermediários que mantêm depósitos clandestinos; nem por isso, deixam de fornecer à indústria (MAGERA, 2003). Os *intermediários* têm, portanto, posição subordinada no campo, no que diz respeito à interação com a indústria; ao mesmo tempo, *subordinam as organizações de catadores, detendo um poder coercitivo e normativo sobre elas*. Suas exigências vão desde o tipo e volume de material adquirido até a determinação de preços.

Finalmente, os *catadores* constituem o elo mais fraco do campo, quando examinado pela ótica da cadeia produtiva da reciclagem; sua subordinação aos intermediários se deve à necessidade de capital de giro de curtíssimo prazo, falta de equipamentos e de capacitação técnica para a manipulação do material recolhido. Os *catadores* não detêm, entretanto, uma posição descartável no campo, à medida que sua existência reflete a dificuldade dos intermediários em integrar, em suas atividades, a catação. Isto se deve a problemas de escala de produção, combinados a dificuldades logísticas. Nesse sentido, a organização dos catadores ganha relevo em termos do fortalecimento de sua posição no campo.

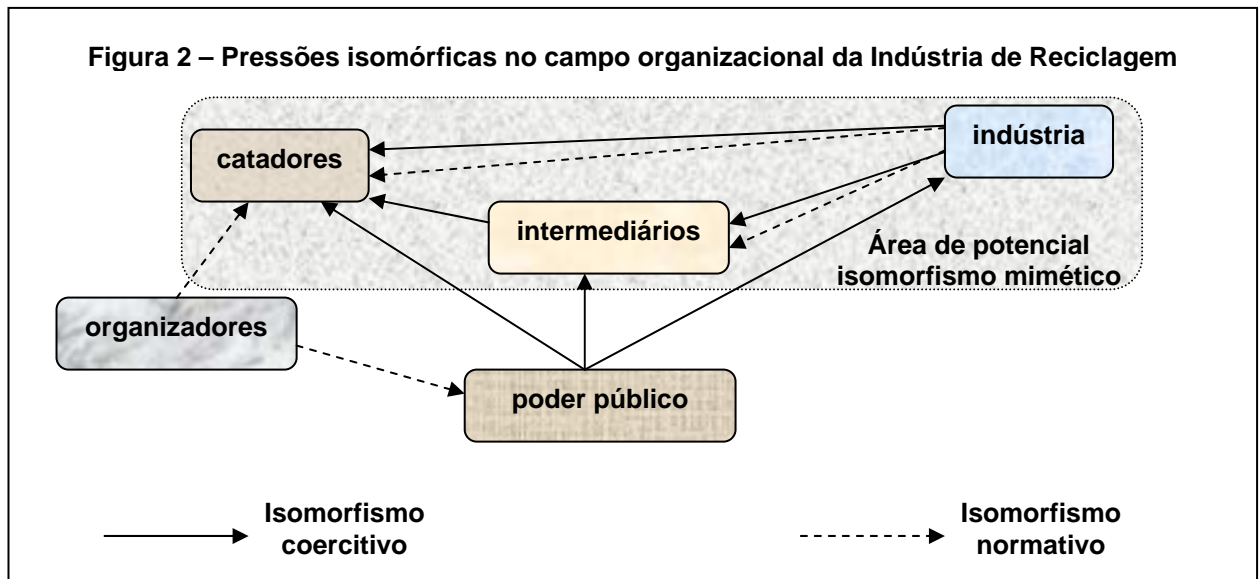
Neste ponto, outros atores entram em cena no campo organizacional da indústria da reciclagem: os *atores organizadores dos catadores*. Em São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, as Pastorais de Rua aparecem como atores relevantes no cumprimento dessa função. Pivôs da organização de dois empreendimentos cooperativos importantes – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) e Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare) – esses atores têm papel de relevo na mobilização, educação e treinamento dos catadores, além de uma forte atuação junto ao poder público, no sentido de construir instrumentos institucionais – pressionando as prefeituras para que garantam o trabalho dos catadores (JACOBI; TEIXEIRA, 1997).

Em Belo Horizonte, a mobilização iniciada pela Pastoral de Rua resultou em modificação do texto da Lei Orgânica do Município – Capítulo III do Saneamento Básico, no artigo 15.1, item VII – incluindo, como exigência normativa do setor público, o fornecimento preferencial do trabalho de catação, sob a forma de cooperativas de trabalhadores:

O Município manterá sistema de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo observado o seguinte: I) a coleta de lixo será seletiva; II) o Poder Público estimulará o acondicionamento seletivo dos resíduos; III) os resíduos recicláveis serão acondicionados para a reintrodução no ciclo do sistema ecológico;... VII) *a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis serão feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho*. (JACOBI; TEIXEIRA, 1997, p. 20, grifo nosso).

Adiciona-se, assim, àquela configuração do campo, que incluía somente o conjunto de atores com intensa interação no ciclo produtivo, outra categoria: os *atores*

organizadores dos catadores. Nesse sentido, a organização dos catadores em cooperativas, pode ser pensada como resultante da ação normativa de atores externos ao trabalho de catação, tal como uma “*profissionalização reguladora da produção de produtores*” (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Além disso, a atuação do *poder público* deve ser vista como relevante na dinâmica do campo organizacional em tela. O poder público tem considerável força coercitiva sobre todos os atores, sendo capaz de mitigar, em parte, o poder da indústria.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Jacobi e Teixeira (1997), DiMaggio e Powell (1991) e MNCR (2006).

A Figura 2 esboça as pressões isomórficas que caracterizam as interações entre os atores do campo organizacional da IR. De um lado, evidenciam-se dois atores protagonistas no campo: *indústria* e *poder público*; bem como seu elo frágil: os *catadores*. De outro, é possível descortinar elementos estratégicos para o fortalecimento da posição dos catadores no campo:

- Tudo indica que a inserção econômica no ciclo produtivo é o que pode garantir a permanência dos catadores e fortalecer sua posição;
- Entende-se que a trajetória da forma de organização dos catadores é dependente, portanto, das vantagens econômicas alcançadas;
- A organização sob a forma cooperativa não aparece como uma exigência funcional relacionada à efetividade econômica do trabalho de catação; pode, entretanto, representar um obstáculo à efetividade econômica, devido às dificuldades operacionais da gestão nos moldes cooperativos;
- A possibilidade de sucumbir ao isomorfismo mimético é, nesse caso, considerável – dado que a eficiência produtiva responde pela manutenção da posição no campo, processos de trabalho alinhados às exigências da indústria devem disputar terreno com práticas cooperativistas;

- Considerando os processos institucionais, pode-se afirmar que a resposta estratégica mais viável seria a “concessão” (ver Quadro 3); sobretudo, à medida que os *catadores* se tornem independentes das pressões normativas dos *organizadores*;
- Finalmente, é preciso considerar que a exigência da organização sob a forma cooperativa, por parte do poder público, pode ser disfuncional, imprimindo consideráveis dificuldades à permanência dos catadores no campo.

O Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) mapeou, em 2005, a situação das cooperativas e associações cadastradas (Quadro 4).

QUADRO 4 – SITUAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES CADASTRADAS PELO MNCR		
Situação	Cooperados	%
<u>Situação 01</u> Grupo organizado em associação ou cooperativa com prensa, balança, carrinhos e galpão próprio, podendo ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem.	1.381	4%
<u>Situação 02</u> Grupo organizado em associação ou cooperativa, contando com alguns equipamentos, porém precisando de apoio para a aquisição de outros equipamentos e/ou galpão. Estes grupos estão numa fase intermediária, necessitando de reforço de infra-estrutura para ampliar a coleta e assim formalmente incluir novos catadores.	2.753	8%
<u>Situação 03</u> Grupo em organização, contando com poucos equipamentos, alguns próprios, precisando de apoio para a aquisição de mais equipamentos e/ou galpão próprio.	5.720	16%
<u>Situação 04</u> Grupo desorganizado, em rua ou lixão, sem possuir qualquer equipamento, e freqüentemente trabalhando em condições precárias para atravessadores.	25.783	72%
Total	35.637	100%

Fonte: MNCR (2006)

Nas quatro situações supracitadas existe a necessidade de provimento de assistência técnica e capacitação dos cooperados, que varia em conteúdo e grau a depender da evolução em que se encontra cada grupo, cooperativa e/ou associação. Neste contexto, os catadores são hoje os responsáveis pelos significativos índices de coleta seletiva no país, fazendo do Brasil um dos campeões mundiais em reciclagem de diversos materiais (CAMPOS, 2000). O catador participa como elemento base de um processo produtivo ou de uma cadeia produtiva bastante lucrativa – para os demais atores do campo – cuja principal atividade é o reaproveitamento de materiais já utilizados e descartados e que possam ser reindustrializados, e recolocados no mercado para consumo.

Além de ser uma atividade lucrativa para os que detêm o poder de controlar a cadeia produtiva, a reindustrialização dos resíduos sólidos recicláveis é amplamente

difundida como uma ação essencialmente benéfica em termos ambientais. A idéia da benesse da reciclagem se pauta, ainda, na preservação de certos recursos naturais que seriam gastos na fabricação de novos produtos.



Figura 9: O galpão da Coopamare, sob um viaduto de São Paulo. FotoS: Fábio B. Meira, janeiro/2008.

Entretanto, não são todos os resíduos que despertam a atenção da indústria (LEAL *et al.*, 2002). As empresas dedicam-se apenas àqueles materiais que garantem lucratividade ao negócio, lançando mão dos mesmos métodos que fundamentam e direcionam qualquer outra atividade industrial, inserida na lógica mercantil capitalista. A indústria da reciclagem ganha a reputação de “ambientalmente correta”, ao se apropriar do discurso ambiental. O valor social atribuído à proteção do meio ambiente acaba se refletindo no negócio de reciclagem, a indústria se beneficia disso, construindo toda uma retórica a partir deste argumento valorativo, exagerando o fato de seus produtos serem reciclados e/ou recicláveis:

...somente aqueles materiais que reúnem todas as condições necessárias ditadas pelo mercado, como o baixo custo e grande oferta da matéria prima, mercado consumidor garantido, são alvos da indústria da reciclagem. Pouco importa se são esses que trazem maiores ou menores prejuízos ao ambiente. Assim, se o papel reciclado é certeza de bons negócios recicla-se o papel, se a reciclagem de um outro material qualquer não dá lucro, o melhor é enterrá-lo. (LEAL *et al.*, 2002, p. 180).

Esta lógica preside a organização da cadeia de coleta-transformação de resíduos sólidos recicláveis em produtos passíveis de consumo. A revalorização daquilo que era considerado inútil – o lixo – resulta em estímulo para a criação de um imenso circuito, à jusante do circuito industrial (LEAL *et al.*, 2002). O movimento ganha forma física ao se territorializar nos centros urbanos, sobretudo em grandes cidades, que combinam nível elevado de consumo com pobreza e desemprego. O circuito de produção e consumo, próprio do sistema mercantil, gera grande quantidade de resíduos sólidos nas cidades. O campo da indústria de reciclagem se consolida pela estruturação de interações em torno da re-introdução de parte desse material na cadeia produtiva, como mercadoria.

Integrada ao metabolismo social da sociedade de mercado, a indústria de reciclagem, recicla não apenas o lixo físico, mas produz uma reciclagem social: a integração do trabalho dos catadores no circuito de produção de mercadorias. A participação dos catadores de recicláveis na segregação dos resíduos – seja nas ruas, através do processo de separação prévia ou catação tradicional, nos vazadouros a céu aberto ou nos aterros sanitários – é o ponto de contato dos resíduos com a questão social. Trata-se de um elo entre o material descartado e a população marginalizada da sociedade, que identifica nos resíduos um objeto de trabalho em sua estratégia de sobrevivência (RIBEIRO; QUALHARINI, 2004).

Considerações Finais

A constatação de que as cooperativas se degeneram em empresas capitalistas é uma evidência e um problema. No caso do discurso da ES, a explicação para este fenômeno é construída pelo argumento da "*insuficiente formação democrática dos cooperados*", que submetidos a um processo de socialização marcado pela ideologia heterogestionária, aprendem a obedecer aos superiores – na família, na escola, na empresa... (SINGER, 2002). Este diagnóstico sugere que o problema seja passível de solução, desde que a formação dos cooperados seja capaz de provocar uma "mudança cultural" – o que do ponto de vista institucional traduzir-se-ia numa nova chave cultural-cognitiva.

Essa solução, que parece ingênua, adquire certa complexidade com a análise precedente. Se o campo organizacional da indústria de reciclagem pode ser pensado como campo de forças cujos *protagonistas* são o poder público e a grande empresa, e os *coadjuvantes* são os organizadores e os catadores, é possível antever que a organização dos catadores fica literalmente "espremida" entre os dois

pólos de interesse hegemônicos. O interesse do poder público é promover políticas de trabalho e renda (dimensão política e da legitimação), e resolver problemas técnicos relativos à coleta seletiva (dimensão econômica) de maneira barata. O interesse da grande empresa é veicular a associação com entidades de "bem-estar social" (dimensão da legitimação, responsabilidade social), e resolver problemas técnicos relativos a restrições logísticas (capilaridade) na coleta seletiva de lixo (dimensão econômica).

Cabe indagar se uma "mudança cultural" poderia dar conta da manutenção das estruturas cooperativas em tal contexto. As cooperativas de catadores não têm condições de estabelecer as "regras do jogo" para se manterem como cooperativas; estão inseridas numa relação instrumental, na qual necessitam se alinhar a exigências técnicas e de produtividade (interesses da grande empresa). No entanto, precisam se manter sob o formato cooperativo para legitimar sua própria instrumentalização (interesses do poder público e da grande empresa).

Isso sugere a *exclusão* dos catadores, como efeito paradoxal de políticas públicas que objetivam sua *inclusão* social. Tal constatação é importante para estudos futuros, sobretudo aqueles que se voltarem à compreensão da mobilização política – em torno dos direitos civis – dos atores, neste processo.

Referências

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão e economia solidária**. São Paulo: ANTEAG, 2005.

BERTUCCI, J. de O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BOUCHIKHI, H. **Structuration das organizations**: concepts constructivistes e étude de cas. Paris: Economica, 1990.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem. **O sucateiro e a coleta seletiva**. Série Reciclagem e Negócios. São Paulo: CEMPRE, 2005.

CRUZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CZAPSKI, S. Catadores vão gerenciar indústria de reciclagem. **Valor Econômico**, edição on-line, 25, abril 2005. Disponível em <www.valoronline.com.br>. Acesso em 12/05/2006.

CZAPSKI, S. Pet reciclado ainda é alvo de rejeição: indústria teme reação do público a fibras reaproveitadas. **Valor Econômico**, edição on-line, 17 dezembro 2003. Disponível em <www.valoronline.com.br>. Acesso em 12/05/2006.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 63-82.

FREITAS, M. V. de O. **Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Economia Solidária** - Volume 1. Rio de Janeiro: Publicação da ITCP-UFF, s/d. Disponível em <<http://www.ecosol.org>>. Acesso em 12/06/2006.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRIMBERG, E.; TUSZEL, L.; GOLDFARB, Y. **Gestão sustentável de resíduos sólidos e inclusão social: estudo de caso sobre as cooperativas das Centrais de Triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

HARNECKER, M. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. 10ª edição. México: Siglo XXI, 1972.

JACOBI, P. (org). **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. C. Criação do capital social: o caso Asmare – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Re-aproveitável de Belo Horizonte. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania** - Volume 2. São Paulo: EAESP/FGV, Junho/1997. Disponível em <<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/publicacoes/publicacao/cadernos.htm>>. Acesso em 05/01/2008.

KRAICHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEAL, A. C.; THOMAZ Jr., A.; ALVES, N.; GONÇALVES, M. A.; DIBIEZO, E. P. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 177-190, jul./dez. 2002.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **Economia Solidária** - Volume 1. Rio de Janeiro: Publicação da ITCP-UFF, s/d. Disponível em <<http://www.ecosol.org>> Acesso em 12/06/2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, vol. 10, Edição Especial 2006 Artigos da BAR – Brazilian Administration Review, p. 159-196, 2006.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. Análise do Custo dos Postos de Trabalhos para o Segmento dos Catadores. **Notícias**, boletim eletrônico, 21/06/2006. Disponível em <http://www.movimentodoscataadores.org.br/noticias_integra.aspx?noticia=196> Acesso em 14/06/2007.

_____. Ciclo da Cadeia Produtiva de reciclagem. In: **Princípios e Objetivos - Documentos do MNCR**, 2006. Disponível em <<http://www.movimentodoscataadores.org.br/principiosobjetivos.aspx>>. Acesso em 14/06/2007.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria Nacional da Economia Solidária (MTE/SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 05/04/2007.

NOVAES, H. T. **Os Simões Bacamarte da economia solidária**. Textos para discussão da ITCP/Unicamp. Campinas: ITCP/Unicamp, 2004. Disponível em <<http://www.abpes.org.br>>. Acesso 10/09/2006.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, New York, Vol. 16, n. 1, p. 145-179, Jan 1991.

PIMENTEIRA, C. A. P. **Aspectos sócio-econômicos da gestão de resíduos sólidos no Rio de Janeiro: uma análise insumo-produto**. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Evento cobra inclusão social de catadores. **Primeira Página**, edição eletrônica, 02/08/2006. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 30/08/2006.

RIBEIRO, R.C.C.S.M.; QUALHARINI, E. L. Os catadores de recicláveis e o encerramento dos lixões: uma responsabilidade social aplicada. In: Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (CADMA), 1, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE/FGV-RJ, 2004. 1 CD. Disponível em <http://www.ebape.fgv.br/radma/htm/cadma_sma.htm>. Acesso 02/01/2008.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 83-129.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAICHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. São Paulo: Vozes, 1999, p. 143-161.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALENCIA, A. J.; PASQUERO, J. Utilizando Giddens en la investigación empírica en administración. In: International Conference of the Iberoamerican Academy of Management, 3, 2003, **Procedures...** São Paulo: Iberoamerican Academy of Management, 2003. Edição eletrônica. Disponível em <http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0159_BrazilFinal.pdf> Acesso em 02/01/2008.

VIEIRA, F. M. **Coerência e aderência da economia solidária**: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Virtualidades político-sociais das organizações econômicas dos trabalhadores. **Organizações & Democracia**, Marília, Vol. 1, n. 1, p. 53-69, 2000.

RESUMO

O artigo analisa a organização de catadores de resíduos recicláveis, tendo como quadro de referência a teoria institucional. Autores neo-marxistas, ligados ao movimento da economia solidária, propõem a cooperativa popular como modelo de organização capaz de “emancipar” o trabalhador e “desalienar” o trabalho, ainda que operando em contexto capitalista. O presente artigo é uma crítica a esta posição; analisa o caso das cooperativas de catadores para problematizar os benefícios da sua organização em cooperativas. Integradas a um *campo organizacional* presidido pela lógica da acumulação – a indústria de reciclagem – as cooperativas ficam submetidas a *pressões isomórficas*. O resultado é uma configuração estrutural em que as práticas cooperativistas se manifestam de forma desfigurada e ritualizada. Longe da “emancipação” e “desalienação”, os catadores aparecem como elo frágil do campo. Além de já submetidos à precarização, em função das condições de trabalho e baixa remuneração, sofrem uma espécie de exclusão de segunda ordem, se

demonstrarem-se incapazes de atender as expectativas de eficiência demandadas pelo campo da indústria de reciclagem.

Palavras-chave: Reciclagem. Catadores. Cooperativas. Teoria Institucional. Campo Organizacional. Economia Solidária.

ABSTRACT

The paper analyzes the organization of *collectors* – men and women, usually homeless people, organized to collect "useful" garbage that could be recycled – using the institutional theory framework. Neo-Marxist authors, from the solidarity economics social movement, propose popular cooperatives as a model of organization arguing that it would be able to emancipate the worker and "dealienating" his or her labor, despite the fact that this workforce operates within the Capitalist system. In this article we criticize this point of view. The analysis of *collectors* cooperatives allows us to problematize their benefits of organizing in cooperatives. Viewing the *collectors* cooperatives as agents operating within the profit driven recycling industry *organizational field* we realize that they are submitted to institutional pressures, namely *organizational isomorphism*. As a result, cooperative practices tend to become disfigured and ritualized. Far from "emancipation" and "dealienation", the *collectors* are the most fragile link of the field. Besides the yet precariousness of their situation, due to work conditions and low income, the *collectors* are likely to go further in social exclusion if they are not able to attend labor efficiency demanded from the recycling industry organizational field.

Key words: Recycling. *Collectors*. Cooperatives. Institutional Theory. Organizational Field. Solidarity Economics.

Informações sobre os autores:

[1] Fábio Bittencourt Meira – <http://lattes.cnpq.br/8190242701584269>

Bacharel em Filosofia (FFLCH - USP), Mestre e Doutorando em Administração de Empresas (FGV - SP). Professor e Pesquisador da UNIP-SP e Professor da ESAG-Strong (CESA)

Contato: fabio@meira.com

[2] Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias – <http://lattes.cnpq.br/6059048919993035>

Bacharel em Pedagogia (Instituto de Educação - MG) e Administração de Empresas (PUC-Minas), Mestre (FEA - USP) e Doutoranda em Administração de Empresas (FGV-SP) e Ciências Ambientais (PROCAM - USP). Professora da PUC São Paulo.

Contato: sdias@gvmail.br

[3] Hélio Arthur R. Irigaray – <http://lattes.cnpq.br/6552120101074110>

Bacharel em Ciências Econômicas (University Of Northern Iowa), Mestre em Administração de Empresas (PUC - RJ) e Doutorando em Administração de Empresas (FGV - SP).

Professor da PUC Rio e FGV - RJ

Contato: a.irigaray@globo.com

[4] Armindo dos Santos de Sousa Teodósio – <http://lattes.cnpq.br/2167878748442691>

Bacharel em Ciências Econômicas (UFMG), Mestre em Ciências Sociais (PUC - Minas) e Doutorando em Administração de Empresas (FGV - SP). Professor da PUC Minas.

Contato: teodosio@pobox.com